

MAPEAMENTO CADASTRAL DE ÁREAS URBANAS OCUPADAS POR ASSENTAMENTOS IRREGULARES

ELIZANGELA PEREIRA DA SILVA¹
 GILBERLAN FREITAS²
 HENRIQUE JOSÉ LINS FERREIRA DE ANDRADE³
 LORENA IUMATTI⁴
 VITOR HUGO SANTOS DA SILVA⁵
 PROF^a. DR^a. ANDREA FLÁVIA TENÓRIO CARNEIRO⁶

^{1, 2, 3, 4, 5, 6} Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Centro de Tecnologia e Geociências - CTG

Departamento de Engenharia Cartográfica, Recife - PE

¹eliz_eng@hotmail.com, ²gilberlanfreitas@hotmail.com, ³henrique.linsf@superig.com.br,

⁴lorena.iumatti@gmail.com, ⁵vitor.silva@ufpe.br, ⁶aftc@ufpe.br

RESUMO - O presente artigo visa o estabelecimento de uma discussão a respeito do processo de mapeamento cadastral de áreas urbanas ocupadas por assentamentos irregulares, levando em consideração a problemática decorrente do processo de urbanização no Brasil e as situações precárias nas quais se encontram áreas contidas na região metropolitana do Recife. O estudo é ilustrado através da análise dos métodos de atualização cadastral que poderiam ser empregados em uma área piloto inserida na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Rosa Selvagem, situada no município de Recife/PE.

ABSTRACT - This article aims to discuss about the process of cadastral mapping of urban areas occupied by illegal settlements, taking into account the problems arising from the process of urbanization in Brazil and the precarious situations in which areas are contained in the Metropolitan Region of Recife. The study is illustrated by an analysis of the methods of cadastral mapping that could be used in a pilot area included in a Special Zone of Social Interest (ZEIS) Rosa Selvagem, located in the city of Recife-PE.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil ocorreu um dos mais rápidos processos de urbanização do mundo. Em 1950, cerca de 1/3 da população do país era urbana, isto é, viviam em cidades ou vilas, enquanto em 1980 já eram 2/3. Em 1991, segundo dados censitários do IBGE, atingiu 75%. Atualmente o índice estimado é de 82% e em 2025 deverá atingir 88%. Deste total, 6,5% vive na ilegalidade e as estimativas são de que em 2020 a população das favelas atinja 55 milhões, ou seja, 25%.

Em um contexto mais amplo do mundo em desenvolvimento, a América Latina é a região mais

urbanizada, com 75% de sua população ou 391 milhões de pessoas vivendo em cidades. De acordo com Relatório do UN-HABITAT (United Nations Human Settlements Program), em 2001 aproximadamente 1/3 do total da população urbana (31,9%) já vivia em favelas, o que pode ser observado na tabela 1. Essa incidência é relativamente baixa se comparada com outras regiões em desenvolvimento (como a África e a Ásia), mas é ainda alta em termos absolutos, considerando que esse quadro representa 127 milhões de pessoas.

Tabela 1 – População Moradora em Favelas 2001.

	População Total (Milhões)		População Urbana Total (Milhões)		% População Urbana/População Total		% População moradora em favela/População Total	População Urbana moradora em favelas (Milhões)
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	2001	2001
América Latina e Caribe	440	527	313	399	71,7	75,8	31,9	127

Fonte: IBAM, 2004

Segundo IBGE, as áreas de favelas são tratadas como Aglomerados Subnormais, ou seja: É um conjunto

constituído por, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou

tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais.

A identificação dos Aglomerados Subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

1. Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos);
2. Urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais, e construções não regularizadas por órgãos públicos;
3. Precariedade de serviços públicos essenciais.

Os Aglomerados Subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: Invasão; Loteamento irregular ou clandestino; Áreas invadidas e Loteamentos irregulares ou clandestinos regularizados em período recente.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001 havia 1.722.016 domicílios em aglomerados subnormais no Brasil, o que representa aproximadamente 3,92% do total de domicílios existentes no Brasil. No entanto, cabe mencionar que essa pesquisa subestima o número de habitações informais no Brasil, já que não contabiliza os aglomerados com menos de 50 unidades habitacionais. Entretanto, dados obtidos no estudo desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), tomando como amostra nove Municípios brasileiros de diferentes dimensões e regiões, revelam que a proporção da informalidade no Brasil se situa dentro do intervalo de 14,5% a aproximadamente 55%. Uma série de fatores contribui para o crescimento das ocupações informais no Brasil, dentre os quais se ressaltam: a especulação imobiliária, os critérios rígidos de parcelamento do solo adotados nas legislações municipais e a insuficiência de programas habitacionais de interesse social de promoção pública ou privada (IBAM, 2004).

2 ASSENTAMENTOS IRREGULARES – FAVELA

Ao longo dos tempos o termo favela tem apresentado várias mudanças, as quais acompanham quase sempre a evolução da situação socioeconômica de seus moradores. A definição apropriada para favela, nos dias atuais, seria: assentamento habitacional espontâneo, localizado em área pública ou particular, de forma ilegal em relação à propriedade do solo e cujas edificações encontram-se em desacordo com as leis de uso e ocupação do solo, independentemente do número de unidades habitacionais

existentes e das tipologias construtivas dos domicílios (ALMEIDA e ABIKO, 2000).

Segundo SOUZA (2003), as favelas apresentam algumas características, mas nenhuma delas é tão específica quanto o seu status jurídico ilegal, na qualidade de ocupação de terras públicas ou privadas pertencentes a terceiros. Em uma favela existem vários níveis de pobreza, observados entre a própria população, como também entre outras favelas. Uma favela recente de periferia tende a ser mais pobre (Figura 1), na média, que uma antiga e consolidada (Figura 2) localizada nas imediações de bairros privilegiados. Encontra-se também no interior das favelas grandes e consolidadas, especialmente quando situadas em áreas valorizadas, diferentes níveis de pobreza.



Figura 1 – Projeção Assentamento irregular recente, não consolidado. Bom Parto. Maceió/AL.
Fonte: ARAÚJO, 2005



Figura 2 – Assentamento irregular, consolidado. Bom Parto. Maceió/AL.
Fonte: ARAÚJO, 2005

Dependendo do seu local de implantação, a construção irregular e improvisada submete os seus ocupantes a situações de grandes riscos, como incêndios e desabamentos. Entretanto, algumas vantagens são observadas no processo de autoconstrução se aliado ao acompanhamento técnico, como a melhora na qualidade dos espaços, pois o usuário desenvolve a sua habitação de

acordo com as suas exigências funcionais e econômicas tendo, portanto, uma maior consciência do espaço construído, apropriando-se com mais facilidade (CORDEIRO e SILVEIRA, 2004).

Por outro lado, a impotência do Estado em resolver a questão dos assentamentos irregulares prejudica não só uma parte da sociedade, mas ela como um todo, pois ao ocuparem as diferentes áreas urbanas, acabam provocando alterações em relação ao uso pretendido, penalizando tanto o meio ambiente quanto a população moradora da cidade em geral (ALMEIDA e ABIKO, 2000).

3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

A Região Metropolitana de Recife é formada por 14 municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata. Esses municípios contavam com uma população total de 3.223.037 pessoas no censo demográfico IBGE (2000).



Figura 3 – Localização da Região Metropolitana do Recife no Estado de Pernambuco

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades e do Centro de Estudos da Metrôpole

As estimativas para Região Metropolitana de Recife mostram que ela é uma região com amplo contingente de domicílios e pessoas vivendo em condições sociais e habitacionais inadequadas, com uma demanda potencial expressiva de investimentos em infraestrutura urbana e habitacional para o combate da precariedade existente.

A estimativa do número e da proporção de domicílios e pessoas em assentamentos precários na RM de Recife é de 136.969 domicílios (16,32% do total) e 538.212 pessoas (16,7% da população). A Tabela 1 apresenta os dados, por município da RM de Recife,

relativos às estimativas de domicílios em assentamentos precários.

Tabela 2 – Estimativa de domicílios em assentamentos precários em áreas urbanas.

Região	Nome do município	Domicílios em Setores Subnormais (A)	Domicílios em Setores Precários (B)	Estimativa de Domicílios em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Domicílios em todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários
RM de Recife	Abreu e Lima	494	1.633	2.127	20.877	10,19
	Araçoiaba	812	0	812	2.969	27,35
	Cabo de Santo Agostinho	193	7.270	7.463	32.887	22,69
	Camaragibe	434	2.010	2.444	32.286	7,57
	Igarassu	264	2.391	2.655	18.578	14,29
	Ilha de Itamaracá	108	691	799	3.577	22,34
	Ipojuca	137	1.674	1.811	9.450	19,16
	Itapissuma	0	1.064	1.064	3.946	26,96
	Jaboatão dos Guararapes	13.751	14.846	28.597	148.198	19,30
	Moreno	262	2.436	2.698	9.732	27,72
	Olinda	2.275	10.160	12.435	92.181	13,49
	Paulista	3.711	2.258	5.969	67.795	8,80
	Recife	34.492	31.836	66.328	376.017	17,64
	São Lourenço da Mata	790	977	1.767	20.750	8,52
Total da RM	57.723	79.246	136.969	839.243	16,32	

Fonte: Elaboração CEM/Cebrap a partir do Censo Demográfico IBGE (2000)

* Inclui setores em área rural de extensão urbana.

Como se depreende da análise da Tabela 1, a RM de Recife apresentava grande variação, em números absolutos e relativos, dos domicílios em setores subnormais e precários, com a Ilha de Itamaracá apresentando 799 domicílios, equivalentes a 22,34% dos domicílios do município, e Recife, 66.328 domicílios, representando 17,64% dos domicílios do município. Nota-se, a partir desses exemplos extremos, a complexidade do problema social e habitacional na RM de Recife: coexistem pequenos municípios com alto percentual de domicílios em assentamentos precários e municípios de maior porte com grande quantidade de domicílios em assentamentos precários, mas que correspondem a proporções menores no total de domicílios do município. Essa situação pede intervenções em ambos os casos, justificadas, de um lado, pela representatividade do fenômeno em termos proporcionais e, por outro, pela escala do problema.

4 MAPEAMENTO CADASTRAL URBANO

Em Loch (2005) temos uma visão geral do mapeamento cadastral urbano. Os principais objetivos apresentados para a modalidade são:

- coletar e armazenar informações descritivas do espaço urbano;
- manter atualizado o sistema descritivo das características das cidades;
- implantar e manter atualizado o sistema cartográfico;
- fornecer dados físicos para o planejamento urbano, informações que estão sempre amarradas ao

sistema cartográfico, respeitando o nível de detalhamento da escala da carta;

e) fazer com que o sistema cartográfico e o descritivo gerem as informações necessárias à execução de planos de desenvolvimento integrado da área urbana;

f) tornar as transações imobiliárias mais confiáveis, através da definição precisa da propriedade imobiliária;

g) colocar os resultados do cadastro urbano à disposição dos diversos órgãos públicos envolvidos com a terra, jamais se esquecendo do cidadão e contribuinte;

h) facilitar o acesso rápido e confiável aos dados gerados pelo cadastro a todos os usuários que precisam de informações.

Em relação a esses objetivos, o autor apresenta o cadastro técnico urbano como a melhor ferramenta para o planejamento das cidades. Dentre suas inúmeras vantagens, citam-se algumas:

a) localização geográfica de todos os imóveis da cidade;

b) uso atual do solo dentro de cada imóvel;

c) base para a implementação de infra-estrutura;

d) subsídios para a melhor viabilização de projetos de engenharia, segundo as prioridades dos investimentos públicos;

e) base para se implantar a planta de valores genérica.

4.1 Métodos de mapeamento cadastral

São vários os métodos convenientemente utilizados para a definição de limites de imóveis. Entre eles, existem os métodos topográficos clássicos, os fotogramétricos e o posicionamento por GPS.

Segundo estudo realizado por (GONÇALVES, 2006), os métodos utilizados no processo de atualização cadastral são realizados com características, normas e regras bem diferentes. Por esse motivo ele apresentou uma breve comparação entre eles, especificando os equipamentos usados, a qualidade geométrica, o tempo de execução, a capacitação profissional, na forma de uma tabela 3.

Tabela 3 – Comparação entre os métodos mais utilizados para atualização cadastral urbana.

Método	Equipamentos	Qualidade Geométrica	Tempo de Execução (min)	Capacitação Profissional
Topografia	Teodolito	Bom	Grande	Maior
	Estação total	Bom	Grande	Maior
	Estação GPS	Bom	Média	Maior
Fotogrametria	Fotocâmera aérea	Bom	Região (**)	Maior
	Imagem de satélite	Regular	Região (**)	Maior

Obs: escala de classificação.

(*) Ótima/Boa/Regular; (**) Grande/Médio/Pequeno;

(***) Maior/Média/Menor

Fonte: GONÇALVES, 2006

Ciampagna (2005) faz uma análise dos métodos, associando os erros inerentes a cada um deles e suas escalas de representação. A Tabela 4 apresenta as escalas mais utilizadas no cadastro urbano.

Tabela 4 – Tabela de comparação entre os métodos

Métodos possíveis	Escalas	Erros admissíveis
Fotogrametria Topografia Clássica	1: 2000	0,4 a 0,6 m
Fotogrametria Topografia Clássica	1: 1000	0,2 a 0,3 m
Fotogrametria Topografia Clássica	1: 500	0,1 a 0,15 m
Topografia Clássica	1: 250	0,05 a 0,075 m

Fonte: Adaptado de Ciampagna (2005)

5 MAPEAMENTO CADASTRAL DE UMA ÁREA OCUPADA POR ASSENTAMENTOS IRREGULARES

A comunidade de Rosa Selvagem está localizada no Bairro UR 7 - Várzea, com acesso pela Avenida Caxangá. A comunidade ocupa uma área total de 0,51 quilômetros quadrados com um perímetro de 3,06 quilômetros. Em 2000, a população total da área era de 5.213 pessoas e a taxa de crescimento populacional entre 1991 e 2000 foi de 3,55% da população (PCR,2005).



Figura 4 – Delimitação da ZEIS Rosa Selvagem/ Quadras.
Fonte: Carta de Nucleação - Agência CONDEPE/FIDEM

A regularização fundiária do assentamento Rosa Selvagem tem sua área delimitada parte em área pública, parte em área particular, foi reconhecido como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), em meados de 1995.

Em setembro de 2005, foi protocolado pedido administrativo de CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA (CUEM) - COLETIVO em nome das famílias residentes na área, visando à regularização das áreas públicas ocupadas. O município de Recife está emitindo os respectivos títulos de CUEM em nome de cada uma das famílias, correspondentes a uma fração ideal da área, pois a regularização se dará de forma condominial. Os títulos de CUEM estão sendo registrados no cartório de registro de imóveis local (Biblioteca Jurídica Regularização Fundiária Plena).

5.1 Escolha e caracterização da área de estudo

Foi definida uma área de acentuado desnível (Figura 5), inserida na zona de interesse social (Rosa Selvagem), situada na cidade do Recife/PE.



Figura 5 – Delimitação da Área Piloto.
Fonte: Google Maps.

Diante dos processos de regularização e atualização, a Prefeitura da Cidade do Recife, com o intuito de conferir a imagem da área de Rosa Selvagem, busca a verificação de medidas das feições em campo e para isso a equipe de campo necessita escolher o melhor método de levantamento cadastral para aquela área.

Exatamente no pequeno trecho proposto, as vias são estreitas e de barro batido, as divisões dos imóveis são dadas por cercas vivas (arbustos) ou arames e outros imóveis não possuem divisões. Há presença de muitas árvores altas.

Os softwares usados em Sensoriamento Remoto para a extração e manipulação dos dados de interesse, possuem um alto custo e a capacitação para os profissionais que trabalham com esses produtos exigem conhecimentos teóricos mais complexos dos que envolvem os métodos topográficos, demandando maior tempo e recursos financeiros para esta questão.

5.2 Análise dos métodos de atualização cadastral a serem empregados na área de estudo

Segundo (HASENACK et al., 2000), deve-se analisar a situação de cada ponto de modo que para o seu levantamento seja aplicado o método que melhor convier. O resultado disso é que, na maioria dos casos, aplica-se uma conjugação de métodos.

No caso da área piloto, o fato de haver muitas árvores e poucas formas claras de limites de imóveis, as técnicas de sensoriamento remoto mostram-se limitadas, por que com elas não é possível identificar de maneira correta esses limites e o intuito deste mapeamento é gerar uma base cartográfica confiável para auxiliar na regularização fundiária dos imóveis contidos na área.

Devido às características do terreno, que possui desníveis acentuados, um levantamento planialtimétrico é de fundamental importância para esta área, pois é através dele que é gerada a carta de declividade da área, assim como a carta contendo todos os limites dos lotes, os detalhes das ruas, postes, calçadas e casas. A carta de declividade é importante para a avaliação dos imóveis que estão em áreas críticas, principalmente para identificação dos casos que não atendem à legislação, portanto não podem ser legalizados. A importância desta carta é a possibilidade que a prefeitura tem de tomar a melhor decisão, como por exemplo, se o imóvel será removido da área ou reformado a fim de atender aos padrões de uso e ocupação do solo.

Portanto, o mais adequado para o levantamento cadastral da área piloto é a integração de métodos topográficos clássicos (alinhamento, ortogonal ou polar) com tecnologia GNSS.

De maneira esquemática (Figura 6), após um planejamento adequado da área, tem-se uma sugestão para o levantamento topográfico da área (perímetro delimitado em azul). Inicialmente, numa primeira fase, devem ser materializados os vértices (V1 à V7) de uma poligonal de apoio geodésico (delimitada em verde), e pontos internos (V8 à V10) dentro da área em partes abertas e

logo após esta etapa o rastreamento dos mesmos com receptores GNSS, de modo a obter, após o processamento dos dados do rastreamento, coordenadas para estes pontos.

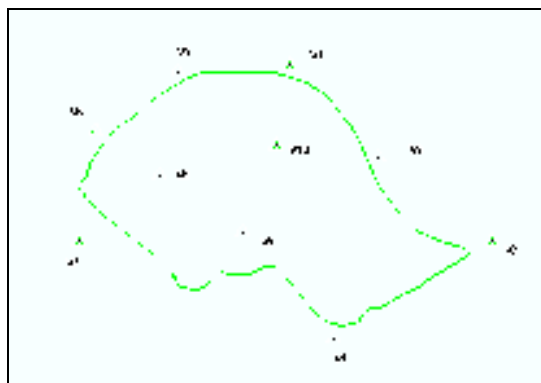


Figura 6 – Esquema para o levantamento topográfico da área piloto.

Efetuada esta primeira fase, deve-se proceder ao levantamento das feições de interesse da área piloto, pelos métodos topográficos clássicos, nas regiões onde cada um melhor se adéque, como por exemplo, o método polar), utilizando pontos de coordenadas conhecidas, previamente determinados na primeira fase.

Efetuados todos os levantamentos de campo e processamento dos dados, de posse da lista de coordenadas, desenha-se a carta cadastral (Figura 8) a qual também deverá possuir critérios bem definidos para a sua confecção.

5 CONCLUSÕES

O artigo demonstra a dificuldade de se trabalhar em áreas de difícil acesso e grande densidade de moradias. O trabalho exige precisão, porque as dimensões dos imóveis são reduzidas e observa-se uma variedade de detalhes a serem mapeados. Por outro lado, o desafio é buscar métodos que sejam economicamente viáveis.

Para os moradores da área de estudo, que já possuem o reconhecimento legal da posse da área em que moram, o mapeamento cadastral da área é importante, pois auxilia na regularização fundiária dos imóveis, podendo assim possibilitar a melhoria gradativa das habitações e das condições de moradia por parte do poder público.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. P.; ABIKO, A. K. **Indicadores de Salubridade Ambiental em Favelas Localizadas em Áreas de Proteção aos Mananciais: O caso da favela Jardim Floresta.** São Paulo: EPUSP, 2000. 28p.

ARAUJO, L. L. **Avaliação da dinâmica de áreas urbanas ocupadas por assentamentos irregulares**

utilizando visão estereoscópica por imagens anaglifo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação, Recife – PE, 2005. 106p.

BIBLIOTECA JURÍDICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA

Disponível em:

<https://www.anoregmt.org.br/anoregmt/pag_arquivos/pdf/BibliotecaJuridicaRegularizacaoFundiarriaPlena.pdf>.

Acesso: 15 junho 2008.

BOHNENBERGER, R. **Reordenamento de Favelas.**

Disponível em:

<http://geodesia.ufsc.br/wikiictm/index.php/Reordenamento_de_Favelas>. Acesso: 15 junho 2008.

CIAMPAGNA, J. Aplicaciones urbanas de La teledetección. In: **Aplicaciones del Catastro Multifinalitario en la definición de las Políticas de Suelo Urbano.** Cambridge: Lincoln Institute for Land Policy, 2005.

CORDEIRO, A. S.; SILVEIRA, W. J. C. **Loteamentos Populares e Autoconstrução em Florianópolis/SC: Um estudo na Barra do Sambaquí.** In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL: Florianópolis, 10 a 14 de outubro de 2004. Publicado em mídia magnética.

FREITAS, J. C. **O Estatuto da Cidade e o Equilíbrio no Espaço Urbano.**

Disponível em:

<http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/biblioteca_virtual/bv_artigos/bv_art_ubanismo/O%20ESTATUTOFREITAS.htm>. Acesso:

15 junho 2008.

FORO IBEROAMERICANO E DO CARIBE SOBRE MELHORES PRÁTICAS. **Urbanização de assentamentos informais e regularização fundiária na américa latina,** IBAM 2004

GONÇALVES, J. R. **Métodos de Atualização Cadastral Urbana.** In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL. Florianópolis, 15 a 19 de outubro de 2006. Publicado em mídia magnética.

HASENACK, M.; MARTINS, M. R.; FRANÇA, R. M.; GARDENAL, J. L. B.; NETO, L. E. P.; PINHEIRO, C. A.; SANTOS, R. M. **Originais do Levantamento Topográfico Cadastral Imobiliário para a Segurança dos Limites Geométricos dos Bens Imóveis.** In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL: 2000. Publicado em mídia magnética.

LOCH, C. **Cadastro Técnico Multifinalitário: Instrumento de Política Fiscal e Urbana.** In: ERBA, D.A. et al. Cadastro Multifinalitário Como Instrumento de Política Fiscal E Urbana. Cap 3. Rio de Janeiro, 2005. 144 p.: il, 21 cm. Ministério das cidades.

MIRANDOLA, F.A.; MACEDO, E. S.; SOARES, L. Zoneamento de risco geológico na área da favela Real Parque, São Paulo. In: **Anais do SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS.** Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004. p. 297-311. (CD-ROM)

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Atlas Municipal - Desenvolvimento Urbano do Recife.** 2005

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO/MINISTÉRIO DAS CIDADES E DO CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. **Assentamentos Precários no Brasil Urbano.**

Disponível em:

<<http://www.centrodametropole.org.br/mc/html/livros.html>>. Acesso: 15 junho 2008.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 192p.